

3/2



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº : 22 / 2022

PROPOSTA

Nº : 031/2022/GAP

Realizada em: 26/10/2022

DELIBERAÇÃO Nº : 3538 / 2022

ASSUNTO : **Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A.**

Encontra-se em Consulta Pública, até ao próximo dia 27 de outubro, o processo relativo ao Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A., no complexo industrial da Mitrena, nas instalações da "The Navigator Company", na Freguesia do Sado, Concelho de Setúbal.

A entidade promotora da consulta pública é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a entidade promotora do projeto é a empresa OMYA, S.A. Os documentos disponíveis para consulta pública encontram-se disponíveis no Portal PARTICIPA.

Tendo por base os documentos disponibilizados para consulta pública, foi elaborado parecer técnico, que se apresenta em anexo (Anexo 1), e que resulta de uma análise conjunta dos serviços municipais, designadamente do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU) e do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB).

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal delibere o seguinte:

- 1) Aprovação do parecer técnico dos serviços municipais, elaborado no âmbito da Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A.;
- 2) Submissão do parecer técnico no Portal PARTICIPA até ao fim do prazo da consulta pública.

Mais se propõe a aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, na redação em vigor.

ANEXOS:

Anexo 1 - Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A..

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por : Votos Contra; Abstenções; 11 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA



PARECER DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Consulta Pública relativa ao Processo de Licenciamento Único de Ambiente da ampliação da unidade industrial da OMYA, S.A.

1. ENQUADRAMENTO

O processo em consulta pública refere-se ao Licenciamento Único de Ambiente (LUA) relativo ao projeto de alteração do estabelecimento industrial de fabrico de carbonato de cálcio precipitado PCC, que a empresa OMYA, S.A. explora no complexo industrial da Mitrena, nas instalações da “The Navigator Company”, na Freguesia do Sado, Concelho de Setúbal.

Trata-se do Processo de Licenciamento Ambiental n.º PL20201022001419, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente, tendo sido analisados todos os documentos disponibilizados no Portal Participa. A empresa apresentou elementos adicionais conforme solicitado pela Agência Portuguesa do Ambiente.

2. ASPETOS AMBIENTAIS

O projeto em apreciação trata-se de um bom exemplo de sinergia industrial no contexto do ecossistema industrial de Setúbal e, em particular, da Península da Mitrena, exemplificando e demonstrando o imenso potencial do Parque Industrial da Mitrena, e a sua capacidade de adaptação a práticas e exigências ambientais crescentes.

A unidade industrial produz carbonato de cálcio precipitado, produto que é incorporado na produção da “The Navigator Company”, única empresa à qual se destina a sua produção. Conforme se refere no Resumo Não Técnico (RNT) que consta do processo “O PCC constitui uma das principais matérias-primas da produção de papel, onde é aplicado como carga para obtenção de características especiais de resistência, brancura e opacidade”.

Está em causa o aumento da capacidade produtiva da OMYA, S.A. (para uma produção efetiva máxima de 213.000 t/ano de PCC, no ano cruzeiro de projeto), com a otimização do processo industrial em diversas das suas fases, salvaguardando o respeito pelas exigências e critérios ambientais, e garantindo a diminuição da produção de resíduos, a redução do consumo específico de energia e da produção de águas residuais e a melhoria das condições de operação (segurança e higiene do trabalho).

Conforme se refere no RNT “a unidade encontra-se abrangida pelo SGCIE (Decreto-Lei n.º 71/2008 na sua atual redação) tendo em curso um PRen (Pano de Racionalização de Consumos Energéticos) para o período de 2015-2022. O consumo energético no ano cruzeiro do projeto, para a capacidade média a efetivar será de 4163 tep”.

Relativamente ao consumo de água, com origem nas captações da empresa de celulose e papel, estima-se uma redução do consumo específico na ordem dos 5%, ainda que o consumo total aumente proporcionalmente ao aumento da produção (1.192.800 m³), mantendo-se, no entanto, abaixo dos valores atualmente permitidos pela Licença Ambiental n.º 304/2009 (1.380.000 m³).

Ainda assim, havendo um aumento do consumo industrial num aquífero que, pese embora a sua elevada produtividade, se encontra sujeito a uma forte pressão humana, não poderemos deixar de manifestar a nossa preocupação relativamente a esta matéria, e alertar as autoridades competentes, designadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, face à urgência em materializar uma estratégia concreta de proteção deste aquífero, tendo em consideração a sua relevância social enquanto fonte de abastecimento do consumo humano.

De referir que o volume de água captado pela entidade gestora que assegura a gestão do ciclo urbano da água em Setúbal, a concessionária Águas do Sado, S.A. (AdS), em 2021, foi de 11.401.863 m³, pelo que o volume de água a usar pela OMYA, S.A. em resultado da ampliação da sua capacidade produtiva supera os 10% do valor captado pela AdS. Urge cruzar o valor global extraído do aquífero com a sua produtividade e adotar medidas de gestão integrada do recurso água, tendo em consideração o valor social da água, e as prioridades da sua utilização, num contexto de escassez hídrica e de crise climática.

O projeto obedece ainda a práticas de circularidade no contexto industrial, com utilização de CO₂ da unidade que lhe dá suporte infraestrutural, através do fornecimento de serviços essenciais e da disponibilização das redes de abastecimento de água e drenagem de efluentes e da instalação de tratamento de efluentes (ETARI) e que lhe disponibiliza recursos essenciais, como o vapor, a água e a energia, e promove a valorização dos respetivos efluentes industriais na ETARI, constituindo, deste modo, uma infraestrutura de proteção ambiental partilhada. No que se refere aos resíduos, a unidade industrial dispõe de espaços adequados à sua gestão, armazenamento e encaminhamento para destino final adequado.

3. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ESCALA MUNICIPAL

No que se refere ao enquadramento do projeto nos instrumentos de gestão territorial municipais, designadamente no PDM em vigor e no PDM em revisão, há que referir que a área onde o estabelecimento industrial em questão se insere encontra-se classificada no Plano Diretor Municipal (PDM) atualmente em vigor na classe de “espaço industrial existente” (Figura 1). A esta classe aplica-se o disposto nos artigos 46.º a 48.º do Regulamento do PDM de Setúbal, publicado em Diário da República através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/94 e republicado pelo Aviso n.º 6619/2018 (8ª alteração por adaptação), havendo a destacar a inexistência de incompatibilidades entre a classe de espaço e a atividade desenvolvida.



Figura 1. Classificação no PDM em vigor.

Relativamente à revisão do PDM, este procedimento foi iniciado em maio de 2004 através da publicação em Diário da República do Aviso n.º 11/DHU/2004, e encontra-se atualmente na sua fase final, tendo sido aprovado em Assembleia Municipal a 10 de setembro de 2021, após realização da Conferência Decisória da Reserva Ecológica Nacional REN), encontrando-se atualmente a aguardar a conclusão do processo de ratificação em Conselho de Ministros.

Assim, no que diz respeito à Planta de Ordenamento C2.1-Classificação e Qualificação do Solo, do PDM em revisão (Figura 2), o projeto encontra-se integrado numa área de “espaços de atividades económicas - espaços de atividades industriais consolidados”, não se verificando também incompatibilidade com a área onde o estabelecimento industrial em questão se insere, à qual se aplicará o disposto nos artigos 124.º, 125.º e 126.º do Regulamento do mesmo Plano.



Figura 2. Classificação no PDM em revisão

A título meramente informativo é de referir que, no âmbito da revisão do PDM e na sequência da delimitação municipal da Reserva Ecológica Nacional (REN) - Planta de Condicionantes C3.1 - REN, a área aqui em causa integrou a tipologia "áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos". No entanto, em sede de Conferência Decisória da REN foi apresentada uma proposta de exclusão dos solos da REN, resultando para a área em questão, o polígono de exclusão C117-A, dado esta área integrar o solo urbano. Parcialmente, o polígono sujeito a exclusão, integra mais a norte o território sob a jurisdição da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), motivo pelo qual a proposta de exclusão da REN aguarda decisão sobre o processo de ratificação do PDM.

4. CONCLUSÕES

Considera-se que os diferentes aspetos ambientais foram tidos em consideração nos elementos apresentados e que o projeto consubstancia melhorias ambientais relevantes, designadamente em matéria de otimização de consumos de recursos, de redução do consumo energético e da resposta às alterações climáticas. Trata-se de um projeto demonstrativo do potencial de utilização de sinergias industriais no ecossistema industrial de Setúbal, fazendo uso de uma abordagem de circularidade no uso dos recursos. Devem ainda assim ser tidas em consideração as observações feitas neste parecer acerca da gestão do recurso água. No que se refere aos

instrumentos de gestão territorial de escala municipal deve-se referir que não existem incompatibilidades entre a classe de espaço e a atividade desenvolvida.

Setúbal, 20 de outubro de 2022.

Alexandre Freire

(Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos)

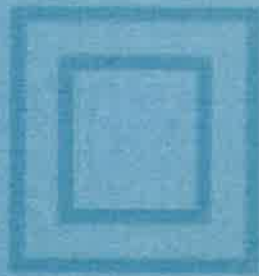
Vasco Raminhas

(Diretor do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização)

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized initials and a long horizontal stroke extending to the right.

FICHAS DE MEDIDA

Anexo III



A handwritten signature in white ink.

ÍNDICE

Medidas Nacionais	158
Ações de formação de apoio à tomada de decisão, vocacionadas para as autarquias, para promoção da cultura do risco e operacionalização dos IGT.....	158
Ações de sensibilização aos cidadãos sobre o risco inundações.....	160
Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE).....	162
Aquisição de programa informático de desenho assistido por computador com capacidade de modelação/criação de corredores em 3D.....	166
Atualização tecnológica da infraestruturas de suporte aos modelos de previsão hidrológica e hidráulica	168
COSMO 2.0	170
Desenvolvimento sistema de alerta precoce de cheias em meio urbano, com integração de dados de radar	174
Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações	176
Estudo sobre o impacto das alterações climáticas nas inundações	178
Gestão sustentável dos solos - estudo sobre a impermeabilização dos solos e os seus efeitos nas inundações	180
Levantamento topográfico das ARPSI com sensor LiDAR	182
Planos de Sedimentos nas Bacias Hidrográficas do Minho, Douro e Tejo	184
Proposta legislativa para enquadrar seguros em áreas de risco de inundações.....	188
Recolha, caracterização e disponibilização de dados e informação sobre inundações.....	190
Medidas Específicas	192
ARPSI de Alcácer do Sal	192
Implementação e operacionalização de modelos de previsão hidrológica (SVARH) ..	192
ARPSI de Santiago do Cacém	195
Implementação e validação de modelos de previsão hidrológica e hidráulica (SVARH).....	195
ARPSI de Setúbal	198
Intervenções para adaptação aos desafios das alterações climáticas - Parque Urbano da Várzea (Setúbal)	198
Plano de Emergência Interna (PEI) da Associação Central Assistência Setubal	202
Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Setúbal	206
Plano de Emergência Interna (PEI) das Caritas Diocesana de Setúbal	210
Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Setúbal	214
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1/JI de Arcos	218
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 nº3 de Setúbal	222
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Bocage	226
Plano de Emergência Interna (PEI) do The English Institute.....	230



Plano de Emergência Interna (PEI) da Escola Secundária Sebastião da Gama	234
Plano de Emergência Interna (PEI) da Galp Bonfim (Avenida Doutor António Rodrigues Manito)	238
Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de União Freguesias de São Julião e Santa Maria Graça	242
Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim Infância Aquário	246
Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim Infância Setúbal.....	250
Plano de Emergência Interna (PEI) da PSP - Comando Distrital / Divisão Policial / 1ª Esquadra de Setúbal.....	254
Plano de Emergência Interna (PEI) da Prio (Avenida Combatentes da Grande Guerra)	258
Plano de Emergência Interna (PEI) da Wall Street Institute	262
Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal....	266
Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.....	270
Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo e Santiago	274
Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância nº1 de Alcácer do Sal.....	278

PROJEITO



Identificação da Medida

Ações de formação de apoio à tomada de decisão, vocacionadas para as autarquias, para promoção da cultura do risco e operacionalização dos IGT

Código: PTNACPREV01

ARPSI: Todas

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Objetivos Operacionais

Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça.

Caracterização

Descrição

O ordenamento do território pode ser entendido como “um processo de organização do espaço biofísico, de forma a possibilitar a ocupação, utilização e transformação do ambiente de acordo com as suas potencialidades” assegurando a sua sustentabilidade.

A diminuição do risco de inundações está fortemente dependente do uso e ocupação do solo nas áreas expostas a este fenómeno. Desta forma, a operacionalização dos IGT deve integrar a informação sobre as inundações, nomeadamente a cartografia dos PGRI, auxiliando de forma determinante a gestão das inundações pelo planeamento. As ações a desenvolver pretendem contribuir para a capacitação de técnicos e decisores na operacionalização que visem contribuir para a redução da vulnerabilidade social, territorial e ambiental:

- Realização de *workshops* sobre a metodologia de apoio à gestão do território proposta no PGRI;
- Dinâmica das inundações, a sua perigosidade a sua interação com o uso e ocupação do solo;
- Promoção da partilha de informação/conhecimento entre administração local e central e
- Infografia, sobre lições aprendidas de eventos históricos nacionais e internacionais e boas práticas aplicadas no ordenamento do território.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimento (€): 50 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Ações de sensibilização aos cidadãos sobre o risco inundações
Código: PTNACREAP01
ARPSI: Todas
Tipologia: Recuperação e Aprendizagem
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.
Objetivos Operacionais
Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.

Caracterização

Descrição
<p>A elaboração de programas de sensibilização e de educação para a redução do risco é imprescindível para a mobilização e participação dos cidadãos nas estratégias de prevenção e mitigação do risco.</p> <p>De modo a aumentar a consciencialização pública em relação ao risco de inundações, importa estabelecer mecanismos para a sensibilização permanente e sustentável, com ações sequenciais, em parceria com as diversas entidades com responsabilidade nesta matéria.</p> <p>Assim, as ações passam:</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaboração e divulgação de material didático, em suporte digital, sobre medidas preventivas e de proteção, face à ocorrência de inundações;- Promoção de ações de divulgação em escolas e outros equipamentos coletivos identificados em área inundada; e- Disponibilização no portal do SNIRH de informação sobre inundações e a sua perigosidade, como agir.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
-
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
-



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 20 000,00 Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE)

Código: PTNACPREV02

ARPSI: Costeiras

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação.

Objetivos Operacionais

Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas.

Caracterização

Descrição

A erosão costeira é um fenómeno amplamente reconhecido no litoral português, cujos principais impactes se traduzem na perda de território, na degradação das condições ambientais relacionadas com a fruição pública/uso balnear das praias, na perda de valores associados aos ecossistemas costeiros e na destruição ou danificação das infraestruturas de proteção/defesa costeira e do património construído na margem terrestre. Os impactes referidos afetam, e afetarão no futuro próximo, diferentes troços da faixa costeira, bem como as atividades e valores ambientais, económicos e sociais que lhes estão associados, de forma distinta e com intensidade variável, de acordo com as características de natureza física e socioeconómicas específicas de cada local.

É amplamente reconhecido que a adaptação pode reduzir significativamente a gravidade dos impactos nas zonas costeiras, da subida do nível médio global do mar e de outros fatores associados às alterações climáticas. A avaliação das opções de adaptação para um determinado país deve ter em atenção prioritariamente as condições específicas socioeconómicas, institucionais, políticas, legislativas e culturais desse país e deve basear-se no conhecimento científico das dinâmicas costeiras. A escolha das medidas de adaptação é, em última análise, um exercício sociopolítico e técnico que se deve apoiar na eficácia, sustentabilidade e custos das medidas.

O relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (GTL) (Despacho n.º 6574/2014, de 20 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente) recomenda que sejam elaborados estudos de adaptação, incluindo estratégias combinadas de proteção, acomodação e realocação para a zona costeira,

Caracterização**Descrição (cont.)**

especialmente para as zonas críticas de maior risco, baseadas na modelação dos processos costeiros, e em análises de custo-benefício e análises multicritério. Para tal é urgente que se façam avaliações integradas das medidas de adaptação e dos custos associados a diferentes caminhos de adaptação, até horizontes temporais de médio e longo prazo.

O POC Ovar – Marinha Grande, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto, refere como necessário que “A orla costeira entre Ovar e a Marinha Grande constitui um dos maiores desafios do litoral nacional em termos de gestão e minimização de riscos sobre pessoas e bens, atendendo à elevada vulnerabilidade à erosão costeira e ao avanço das águas do mar.” Assim, a expressão dos riscos costeiros impõe, a par de outras linhas de intervenção, que sejam assegurados os objetivos nacionais de mitigação de riscos na área de intervenção do POC-OMG. Neste contexto deve a Administração na sua atuação observar o seguinte:

“...Promover análises de custo-benefício e análises multicritério na adoção de eventuais novas intervenções «pesadas» de defesa costeira”.

“...Proceder à monitorização regular dos usos e atividades nas Faixas de Salvaguarda com o objetivo de suportar análises custo-benefício que permitam fundamentar futuras estratégias de adaptação, incluindo a realocização”.

“...Proceder à monitorização regular dos usos e atividades nas Faixas de Salvaguarda com o objetivo de suportar análises custo-benefício que permitam fundamentar futuras estratégias de adaptação, incluindo a realocização”.

O POC Alcobaça – Espichel, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril, refere ainda:

“Monitorizar regularmente os usos e ocupações nas áreas abrangidas por Faixas de Salvaguarda, os eventos climáticos extremos e os movimentos de vertente, bem como os custos resultantes de danos e destruições, com o objetivo de fazer uma gestão adaptativa pró-ativa dos aglomerados, que pondere o recuo planeado suportado em análises custo-benefício”.

A operação “Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE)”, irá incidir nos troços que se estendem entre: Esmoriz - Torrão do Lameiro; Barra – Mira; Cova Gala – Leirosa; Costa de Caparica. Compreende a realização de 6 tarefas, culminado com a seleção das melhores opções de adaptação.

Podem resumir-se da seguinte forma as tarefas a realizar:

- T1 – Preparação de área de estudo base para modelação de cenários de evolução de linha de costa
T1 – Descrição da área de intervenção;
- T2 – Definição dos cenários a modelar e projeção anual da linha de costa ao longo do horizonte temporal de análise (projeções a 20 anos);



Caracterização

Descrição (cont.)

- T3 – Levantamento dos valores associados ao território, para estimativa dos benefícios das diferentes soluções;
- T4 – Levantamento dos custos das intervenções de defesa costeira;
- T5 – Avaliação do desempenho dos cenários testados;
- T6 – Análise dos resultados e elaboração de relatório final.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

O projeto visa estabelecer um conjunto de ações que permita a adaptação aos cenários de alterações climáticas, custos associados a diferentes caminhos de adaptação, até horizontes temporais de médio e longo prazo.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

-

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

As fases serão as seguintes:

- Troço Costeiro Ofir - Cedovém: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Esmoriz - Torrão do Lameiro: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Barra - Mira: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Cova Gala - Leirosa: 5% 2.º trimestre de 2022; 15% 2.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Costa da Caparica: 5% 2.º trimestre de 2022; 15% 2.º trimestre de 2023

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)	45 000 €	135 000 €				
Execução Física (em %)	25%	75%				



Programação física e financeira

Custo total da medida

Investimento (€): 180 000,00

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
POSEUR	85%	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Não se aplica.

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %) de modo a formar 100% do valor total de investimento.



Identificação da Medida

Aquisição de programa informático de desenho assistido por computador com capacidade de modelação/criação de corredores em 3D
Código: PTNACPREP01
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
Aquisição de software com capacidade de modelação em 3D para apoio a estudos e projetos que permita a modelação de corredores na alteração de superfícies de terreno (canais , vias, aterros e outros) e permita configurar sistemas de cadastro enterrados (condutas, aquedutos, entre outros).
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--



Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 9 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
O.E.	100%	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).
Notas
Não se aplica.



Identificação da Medida

Atualização tecnológica da infraestrutura de suporte aos modelos de previsão hidrológica e hidráulica
Código: PTNACPREP02
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta.

Caracterização

Descrição
Atualização da infraestrutura de servidores da APA com a aquisição de um servidor de suporte à plataforma de modelação hidrológica e hidráulica, por forma a diminuir o tempo de execução dos modelos hidráulicos. A capacidade de processamento do servidor é determinante para a obtenção de resultados de previsão de inundações atempadamente.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-



Programação física e financeira

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X				

Custo total da medida

Investimento (€): 4 000,00
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

COSMO 2.0

Código: PTNACPREV03

ARPSI: Costeiras

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas zonas críticas identificadas.

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição

A aquisição de dados de monitorização precisos e sistemáticos é essencial para uma tomada de decisão informada e atempada em matéria de gestão costeira. Os novos Programas da Orla Costeira em vigor, em fase de aprovação, ou ainda por realizar, dependem de dados históricos fidedignos e de informação atualizada sobre os processos e evolução costeira, de modo a melhor sustentar as respetivas opções de ordenamento, proteção e valorização.

A prestação de serviços da primeira edição do Programa COSMO foi iniciada em julho de 2018 e decorreu até julho de 2021, sendo absolutamente fundamental garantir a continuidade dos trabalhos de monitorização costeira após o término do presente contrato.

Uma eventual interrupção no processo de aquisição de dados de monitorização irá limitar a comparação dos indicadores de diagnóstico do estado da faixa costeira (e.g. áreas, volumes, posição da linha de costa), o que irá provocar lacunas no conhecimento e limitações no suporte à tomada de decisão. A inexistência de dados de monitorização fidedignos e atualizados conduzirá inevitavelmente a tomadas de decisão menos sustentadas ou erradas do ponto de vista técnico-científico, no domínio da gestão costeira (e.g. opções de ordenamento/planeamento, intervenções de proteção/defesa costeira, gestão de situações de risco), com os respetivos custos económicos, ambientais, sociais e políticos que daí advém. A inexistência de monitorização costeira levará, ainda, a um decréscimo significativo da resposta operacional pós-ocorrência da

Caracterização

APA, limitando ou impossibilitando a avaliação dos impactos decorrentes de eventos extremos (e.g. tempestades, movimentos de massa com dimensões atípicas) e respetiva avaliação e gestão do risco.

As componentes/ações do presente projeto serão as seguintes:

- T1 - Perfil total;
- T2 - Perfil emerso;
- T3 - Levantamento integral – Praias;
- T4 - Levantamento integral – Arribas;
- T5 - Levantamento Topo-Hidrográfico;
- T6 – Desenvolvimento de plataforma de Sistema de Informação Geográfica;
- Fiscalização do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

A monitorização contínua dos fenómenos de galgamento e dos seus impactos permite o seguimento de eventuais alterações dos mesmos, o que permite uma avaliação dos fenómenos de alterações climáticas.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

O escalonamento dos pagamentos em função da tipologia dos trabalhos será a seguinte:

- 1.º Trimestre: 8% T2; 25% T3; 50% T4; 30% T5
- 2.º Trimestre: 20% T1; 8% T2; 50% T6
- 3.º Trimestre: 8% T2
- 4.º Trimestre: 20% T1; 8% T2; 25% T3
- 5.º Trimestre: 8% T2; 30% T5
- 6.º Trimestre: 8% T2
- 7.º Trimestre: 20% T1; 8% T2

Programação física e financeira

Fases de implementação (cont.)

- 8.º Trimestre: 8% T2; 25% T3
- 9.º Trimestre: 8% T2; 40% T5
- 10.º Trimestre: 20% T1; 8% T2
- 11.º Trimestre: 8% T2
- 12.º Trimestre: 20% T1; 12% T2; 25% T3; 50% T4; 50% T6

A Fiscalização do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental dividir-se-á pelos 12 trimestres.

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira						
Investimento (€)	517 133 €	548 997 €	548 997 €	121 466 €		
Execução Física	X	X	X	X		

Custo total da medida

Investimento (€): 1 736 592 €

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
Fundo Ambiental	100%	Ministério do Ambiente e da Transição Energética	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %), ou, indicação do trimestre de início dos trabalhos.



Observações

Notas

Não se aplica.

PROJETO PGGIA



Identificação da Medida

Desenvolvimento sistema de alerta precoce de cheias em meio urbano, com integração de dados de radar
Código: PTNACPREP03
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta.

Caracterização

Descrição
<p>A previsão de cheias com recurso a modelos hidrológicos e hidráulicos adquire cada vez maior relevância, face ao aumento da frequência de eventos com precipitação muito intensa, num período de tempo curto. A modelação com integração das previsões meteorológicas permite a antecipação dos eventos cheias e uma melhor preparação para a salvaguarda de pessoas e bens. No caso das inundações em meio urbano o tempo para o aviso pode ser muito reduzido. Por vezes, resultam de precipitações muito intensas e localizadas, pelo que o recurso quer aos dados de previsões meteorológicas, quer aos dados de radar contribuem para conhecer a distribuição espacial da precipitação.</p> <p>Esta medida visa a implementação de um caso piloto, com modelo de previsão hidrológica, tendo em conta aspetos como tempo de processamento, incerteza das previsões e simplificações necessárias para a obtenção de resultados fiáveis.</p>
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Os sistemas de alerta precoce são elementos-chave da adaptação às alterações climáticas e da redução do risco de catástrofes, visam evitar ou reduzir os danos causados pelas inundações.
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
-

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--



Programação física e financeira

Fases de implementação

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X		

Custo total da medida

Investimento (€): 20 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações
Código: PTNACPREP04
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações que abordará boas práticas em temas como: <ul style="list-style-type: none">• Construção do MDT;• Construção modelos hidráulicos;• Modelos a utilizar 1D ou 2D;• Revisão dos resultados dos modelos hidráulicos; e• Resultados a apresentar.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--



Programação física e financeira

Fases de implementação

-

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			

Custo total da medida

Investimento (€): 10 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Estudo sobre o impacto das alterações climáticas nas inundações

Código: PTNACPREV04

ARPSI: Todas

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos.

Caracterização

Descrição

O Estudo tem como objetivo principal a avaliação dos efeitos das alterações climáticas na ocorrência de eventos extremos e a sua frequência, nas ARPSI. Este estudo servirá de suporte ao desenvolvimento de medidas de adaptação que potenciem um território mais resiliente.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

O estudo permitirá avaliar o impacto das alterações nas ARPSI e integrar este conhecimento em ações de planeamento.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-



Programação física e financeira

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 75 000,00 Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Gestão sustentável dos solos - estudo sobre a impermeabilização dos solos e os seus efeitos nas inundações
Código: PTNACPREV05
ARPSI: Todas
Tipologia: Prevenção
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos.

Caracterização

Descrição
Os solos são o suporte de serviços ecossistémicos fundamentais, nomeadamente a filtragem de água, o sequestro de carbono e a conservação de espécies e habitats. Porém, o solo é diariamente afetado por uma séria de pressões, como a impermeabilização em resultado da expansão urbana entre outros usos, a fragmentação da paisagem, a diversidade das culturas reduzida, a erosão e os fenómenos meteorológicos extremos. Assim, numa perspetiva de preservar o recurso solo pretende-se desenvolver um estudo piloto ao nível de uma bacia hidrográfica com ARPSI. Este estudo permitirá a identificação das fragilidades existentes e o estabelecimento de uma estratégia que em função das características do solo contribuam para reduzir a vulnerabilidade do território às inundações.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
-
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
-

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--





Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X		
Custo total da medida						
Investimento (€): 50 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Levantamento topográfico das ARPSI com sensor LiDAR
Código: PTNACPREP05
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
A tecnologia LIDAR permite a medição e representação da superfície de forma rápida e ágil, os equipamentos atuais fornecem dados de alta precisão, em menos tempo, gerando maior produtividade. Os Dados topográficos com rigor elevado são essenciais para a modelação hidráulica, como se verificou na fase de elaboração da cartografia de inundação e de risco de inundação, as zonas onde existiam levantamentos LIDAR, com elevada resolução, a modelação hidráulica apresentava melhores resultados. São por isso necessários levantamentos topográficos com LIDAR, que incluam levantamento do leito do rio para melhorar os modelos de previsão.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--



Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimento (€): 500 000,00 Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Planos de Sedimentos nas Bacias Hidrográficas do Minho, Douro e Tejo

Código: PTNACPREV06

ARPSI: Costeiras

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição

A operação em causa envolve trabalhos para avaliar a potencialidade das Bacias do Minho, Douro e Tejo em contribuir novamente para o equilíbrio costeiro de forma sustentável com propostas de soluções para as três bacias, incluindo campanhas de caracterização de sedimentos, implementação de um modelo matemático de escoamentos no Douro e serviços de batimetria para monitorizar o ciclo sedimentar que interessa para o equilíbrio costeiro.

As tipologias dos trabalhos a desenvolver no presente estudo são as seguintes:

- Recolha de Dados e Caracterização
- Caracterização geomorfológica e hidromorfológica das bacias
 - > Geomorfologia da bacia e produção de sedimentos
 - > Caudais líquidos, caudais sólidos, secções hidráulicas
 - > Caracterização dos estrangulamentos ao caudal sólido
- Proposta de Zonas Homogéneas de Estrangulamento Sedimentar (ZHES) no Douro
- Transporte artificial de sedimentos
 - > Transporte fluvial
 - > Transporte à base da rede de emissários
 - > Ideias inovadoras e incentivos à inovação
- Gestão de barragens, açudes e outros estrangulamentos
- Usos e atividades
 - > Usos do solo em zonas adjacentes

Caracterização**Descrição (cont.)**

- > Praias fluviais
 - > Extração de sedimentos
 - > Dados genéricos do sector de extração e do mercado da construção civil
 - Avaliação de sedimentos para apoiar estratégias de adaptação costeira
 - Outros dados a considerar
- Trabalhos de Campo
- Campanhas para identificação de afloramentos ou materiais com grande potencial de utilização para a deriva sedimentar costeira
 - Campanhas de caracterização de sedimentos do leito das águas
 - Campanhas topo-batimétricas e aquisição de equipamentos de apoio
- Modelação Matemática
- Modelação hidrológica e hidráulica
 - Modelo com as tendências da linha de costa
- Produtos finais e análises comparativas:
- Produtividade potencial de sedimentos
 - Capacidade de transporte de sedimentos
 - Classificação de troços pela capacidade de transporte
 - Propostas de sistemas de monitorização do caudal sólido
 - Soluções de transporte artificial
 - Soluções alternativas e inovadoras
 - Avaliação de sedimentos necessários para apoiar estratégias de adaptação costeira
 - Análises comparativas quanto à origem dos sedimentos
 - Alguns dados de referência
 - Contributos para o Modelo de Gestão a definir nos Planos de Sedimentos
- A operação que se pretende desenvolver visa responder a duas questões centrais face ao défice sedimentar instalado o qual contribui fortemente para a erosão costeira e essencial para a implementação de estratégias de adaptação costeira:
- 1) Avaliar o potencial das bacias hidrográficas para voltarem a fornecer sedimentos ao litoral;
 - 2) Avaliar os custos e os benefícios associados ao aproveitamento do referido potencial e compará-los com os custos e benefícios inerentes à utilização de sedimentos provenientes de outras fontes, nomeadamente da plataforma continental.

Localização

Não se aplica.



Caracterização

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

-

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

Fases T1 a T4 - 24 meses

T1 - Recolha de Dados e Caracterização

T2 - Trabalhos de Campo (inclui aquisição de equipamento)

T3 - Modelação Matemática

T4 - Produtos e Análises Comparativas

T5 - Elaboração dos Planos - 12 meses

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)	121 951 €	300 813 €	390 244 €	284 553 €	203 252 €	
Execução Física	X	X	X	X	X	

Custo total da medida

Investimento (€): 1 300 813,00

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-



Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, programação física e execução física anual (em %).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas compartição(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Proposta legislativa para enquadrar seguros em áreas de risco de inundação

Código: PTNACPROT01

ARPSI: Todas

Tipologia: Proteção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Objetivos Operacionais

Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.

Caracterização

Descrição

Desenvolvimento de proposta legislativa que contemple mecanismos de suporte aos prejuízos económicos resultantes das inundações, integrando este risco. Apresentar mecanismos que sejam dissuasores de ocupação de áreas inundáveis de perigosidade elevada. Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-



Programação física e financeira						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimento (€): 50 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento			
Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida			
Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações
Condicionantes Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Recolha, caracterização e disponibilização de dados e informação sobre inundações
Código: PTNACREAP02
ARPSI: Todas
Tipologia: Recuperação e Aprendizagem
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
A recolha de dados de forma sistemática e o mais rigorosa possível, aquando da ocorrência de eventos de inundações quer históricas, quer presentes, que considere os danos e prejuízos na saúde, ambiente, património e atividades económicas é essencial para a criação de uma base de dados que servirá de suporte a uma análise custo – benefício e ao estabelecimento do programa de medidas mais adequado à realidade do território. Esta recolha deve contemplar: - Localização da ocorrência; - Data do evento (início e fim); - Levantamento dos prejuízos nas diferentes áreas afetadas; - Altura de água atingida e sua representação se possível; e - Levantamento fotográfico.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
-
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Nã se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta		Média	X	Moderada		Baixa	
------------	--	------	--	-------	---	----------	--	-------	--



Programação física e financeira

Fases de implementação

-

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimento (€): 150 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, caracterização, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).



Identificação da Medida

Implementação e operacionalização de modelos de previsão hidrológica (SVARH)

Código: PTRH6PREP01

ARPSI: Alcácer do Sal → PTRH6Sado01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados

Caracterização

Descrição:

Os modelos hidrológicos permitem uma previsão de caudais através das previsões de precipitação. Esta capacidade de simular o escoamento constitui uma ferramenta de apoio à decisão, dando detalhes do que pode ser expectável em áreas de maior risco de inundação.

Localização

Não se aplica

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA



Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)		X	X			

Custo total da medida

Investimentos (€): 5 000,00 (Sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		APA	

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
---------	-----------	----------------------	---------------



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

			Relatório intermédio e relatório final
--	--	--	--

Observações	
Notas	

PROJEITO P...
PROJEITO P...



Identificação da Medida

Implementação e validação de modelos de previsão hidrológica e hidráulica (SVARH)

Código: PTRH6PREP04

ARPSI: Santiago do Cacém → PTRH6Sado02

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados

Caracterização

Descrição:

Os modelos hidrológicos permitem uma previsão de caudais através das previsões de precipitação. Esta capacidade de simular o escoamento constitui uma ferramenta de apoio à decisão, dando detalhes do que pode ser expectável em áreas de maior risco de inundação.

Localização

Não se aplica

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)		X	X			

Custo total da medida

Investimentos (€): 5 000,00 (Sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		APA	

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

PROJETO PGR



Identificação da Medida

Intervenções para adaptação aos desafios das alterações climáticas - Parque Urbano da Várzea (Setúbal)

Código: PTRH6Livramento01

ARPSI: Setúbal

Tipologia: Proteção

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

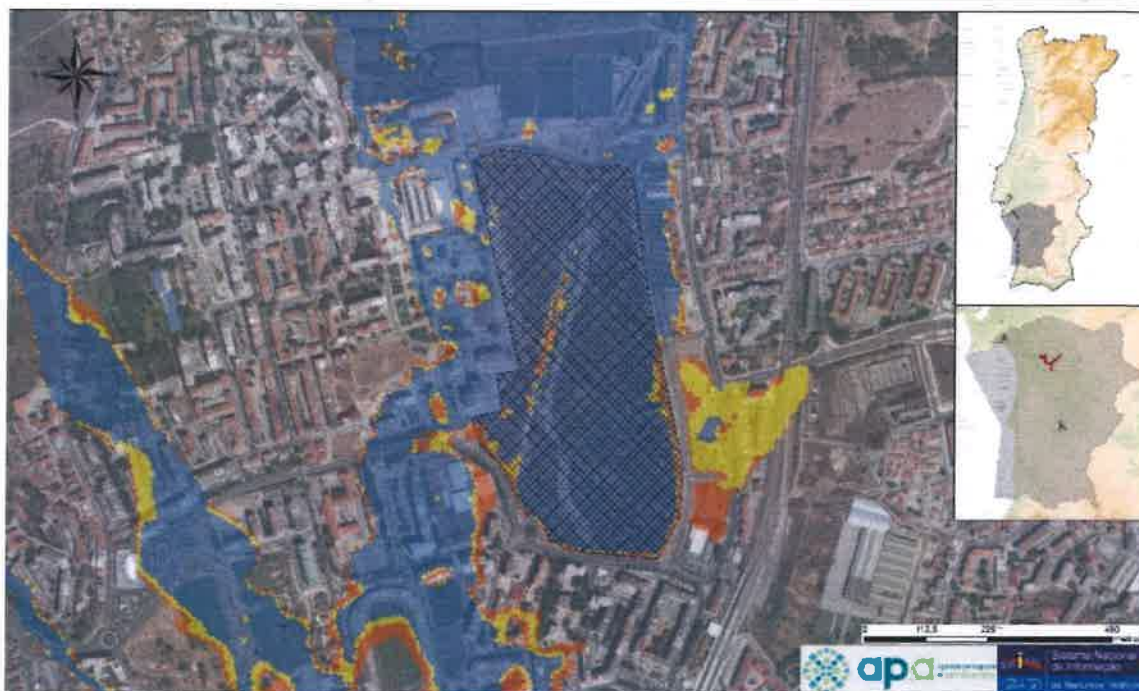
Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas

Caracterização

Descrição:

Enquadrar ações no espaço do Parque Urbano da Várzea, com 19 ha, como complemento e reforço das ações de correção hidráulica da Ribeira do Livramento, tais como plantação de espécies arbóreas e arbustivas adaptadas às condições climáticas e instalação de redes e equipamentos de rega igualmente adaptadas ao uso eficiente da água, apoiadas por sistemas de produção de energia assentes em fontes renováveis, entre outras.

Localização



Legenda

- | | |
|--|---|
|  Período de Recorrência |  Área a intervir |
|  > 20 anos |  Parque Urbano do Várzea |
|  10-20 anos | |
|  5-10 anos | |
|  < 5 anos | |

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

O projeto integra o reforço das ações de correção hidráulica da Ribeira do Livramento, tais como plantação de espécies arbóreas e arbustivas adaptadas às condições climáticas e instalação de redes e equipamentos de rega igualmente adaptadas ao uso eficiente da água, apoiadas por sistemas de produção de energia assentes em fontes renováveis, entre outras.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Previsíveis impactos ao nível do regime hidrológico e características hidromorfológicas. Realizar o teste de aplicação do artigo 4.º, n.º 7, da Diretiva-Quadro da Água (n.º 5 do artigo 51.º da Lei da Água) e verificar, em caso de necessidade da sua aplicação, o cumprimento das condições expressas na referida norma legal.

Incidência da medida

Prioridade da medida:

Muito Alta		Alta		Média	X	Moderada		Baixa	
------------	--	------	--	-------	---	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

1. Construções diversas
2. Empreitada "Rede de abastecimento primário do Parque Urbano da Várzea"
3. Fiscalização, coordenação de segurança e saúde em obra, para empreitada "Rede de abastecimento primário do Parque Urbano da Várzea"
4. Contenção de Infestantes
5. Implementação de Sumidouro de Carbono

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)	570 000,00	425 000,00				
Execução Física (%)	58 %	42 %				

Custo total da medida

Investimentos (€): 1 005 000,00

Nota: Em 2021 está previsto um investimento de €10 000 em construções diversas

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
REACT-EU FEDER	100 %	CM Setúbal	APA, IP

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Condicionantes

Notas

Confirmar se o investimento tem o IVA incluído

PROJETO PGR



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Associação Central Assistência Setubal
Código: PTRH6PREP08
ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01
Tipologia: Preparação
Âmbito: Específica
Objetivos Estratégicos
Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação
Objetivos Operacionais
Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

Período de Retorno	Edifício Sensíveis
T = 20 anos	 Edifício
T = 100 anos	
T = 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO PGRH

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Setúbal
Código: PTRH6PREP10
ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01
Tipologia: Preparação
Âmbito: Específica
Objetivos Estratégicos
Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação
Objetivos Operacionais
Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência.

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO PGRH6



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) das Caritas Diocesana de Setúbal

Código: PTRH6PREP12

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência.

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira - RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO REGISTADO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Setúbal

Código: PTRH6PREP11

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

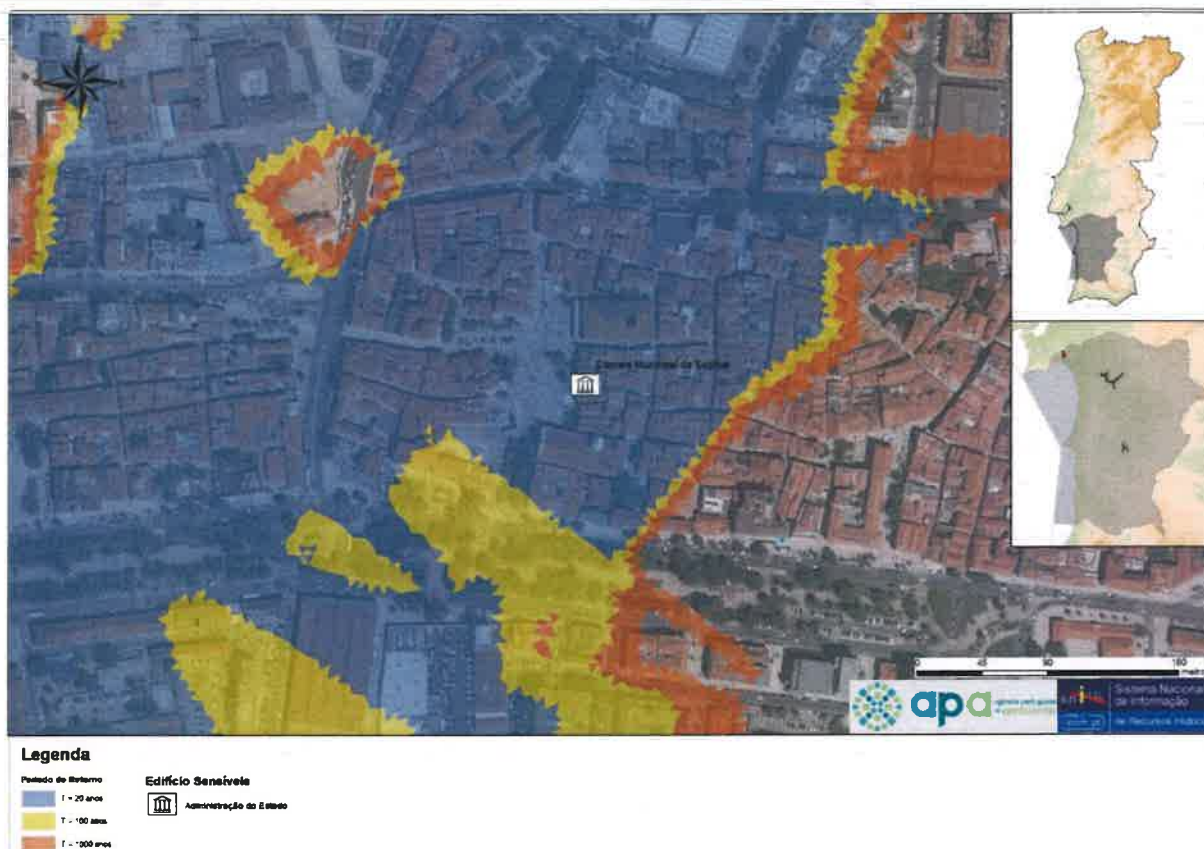
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO APROVADO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1/JI de Arcos

Código: PTRH6PREP14

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

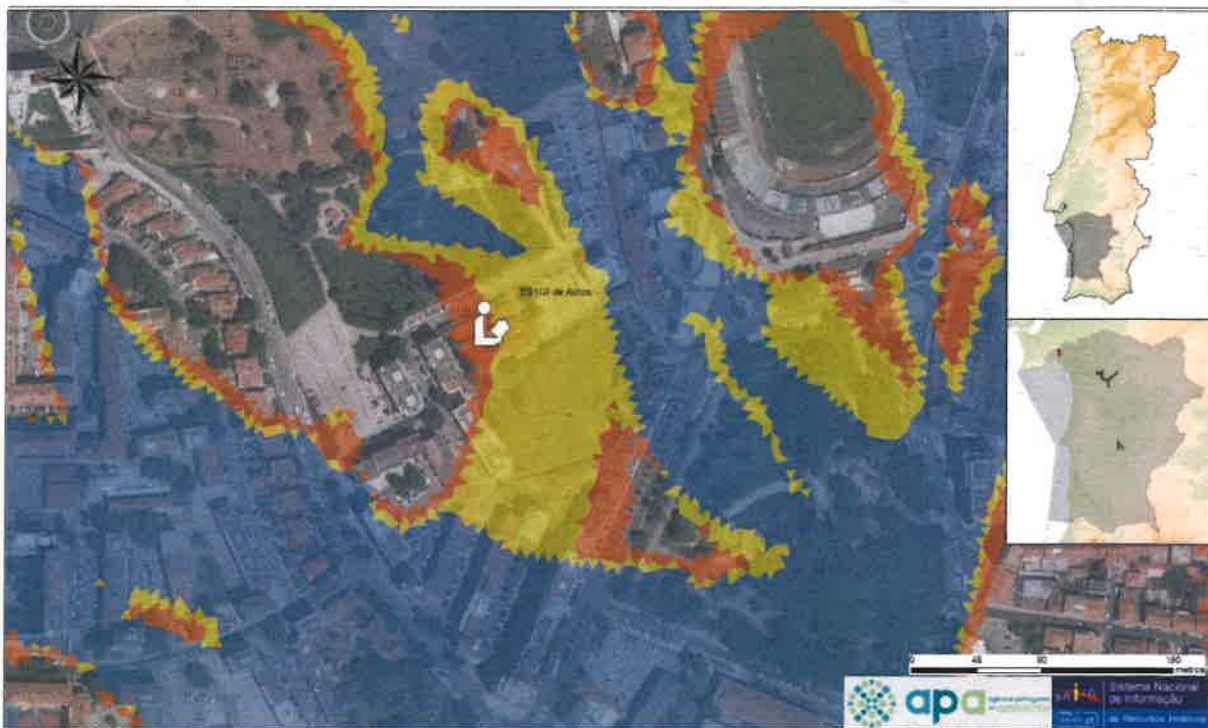
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

<p>Período de Retorno</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - 20 anos 1 - 100 anos 1 - 1000 anos 	<p>Edifício Sensíveis</p> <ul style="list-style-type: none">  Educação
---	--

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO PPA



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 nº3 de Setúbal

Código: PTRH6PREP13

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

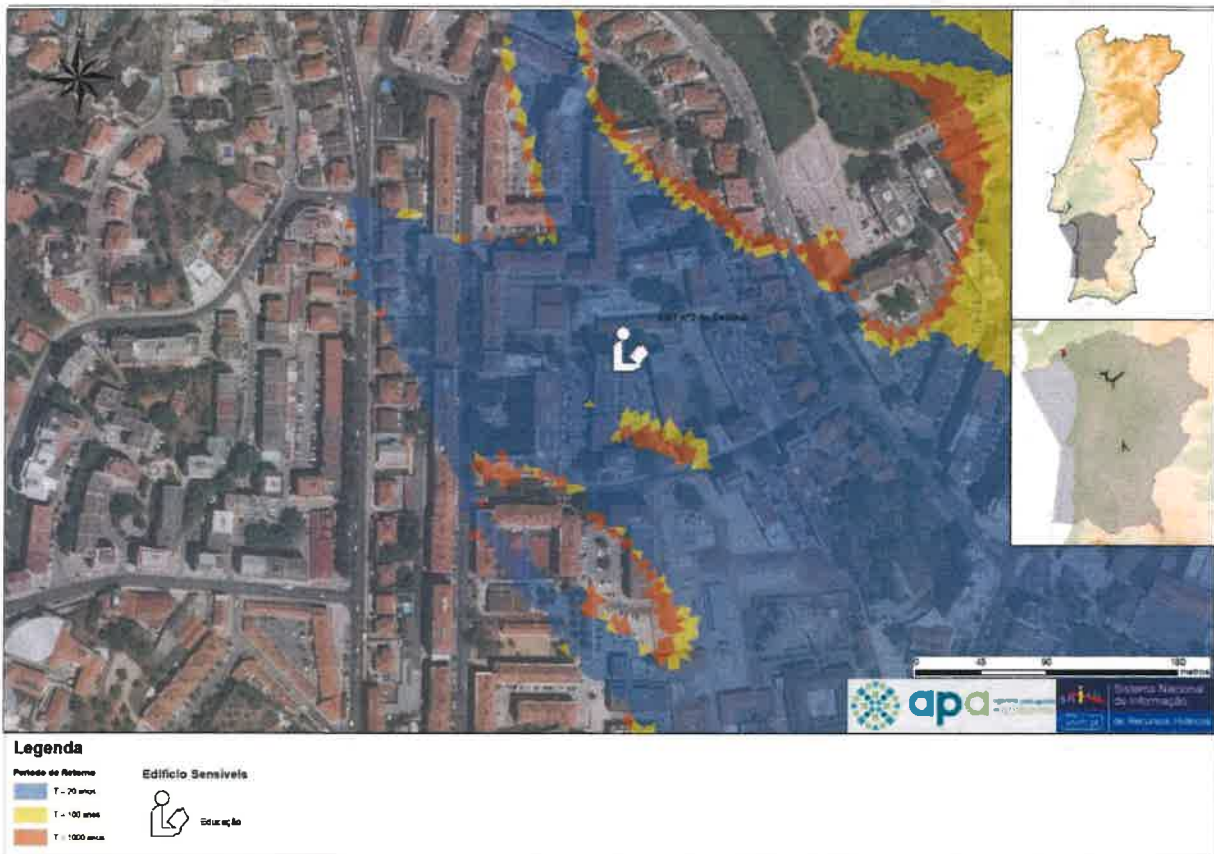
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira						
Fases de implementação:						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)						

Financiamento			
Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida			
Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO P-13



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Bocage

Código: PTRH6PREP15

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO EM CURSO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do The English Institute

Código: PTRH6PREP23

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

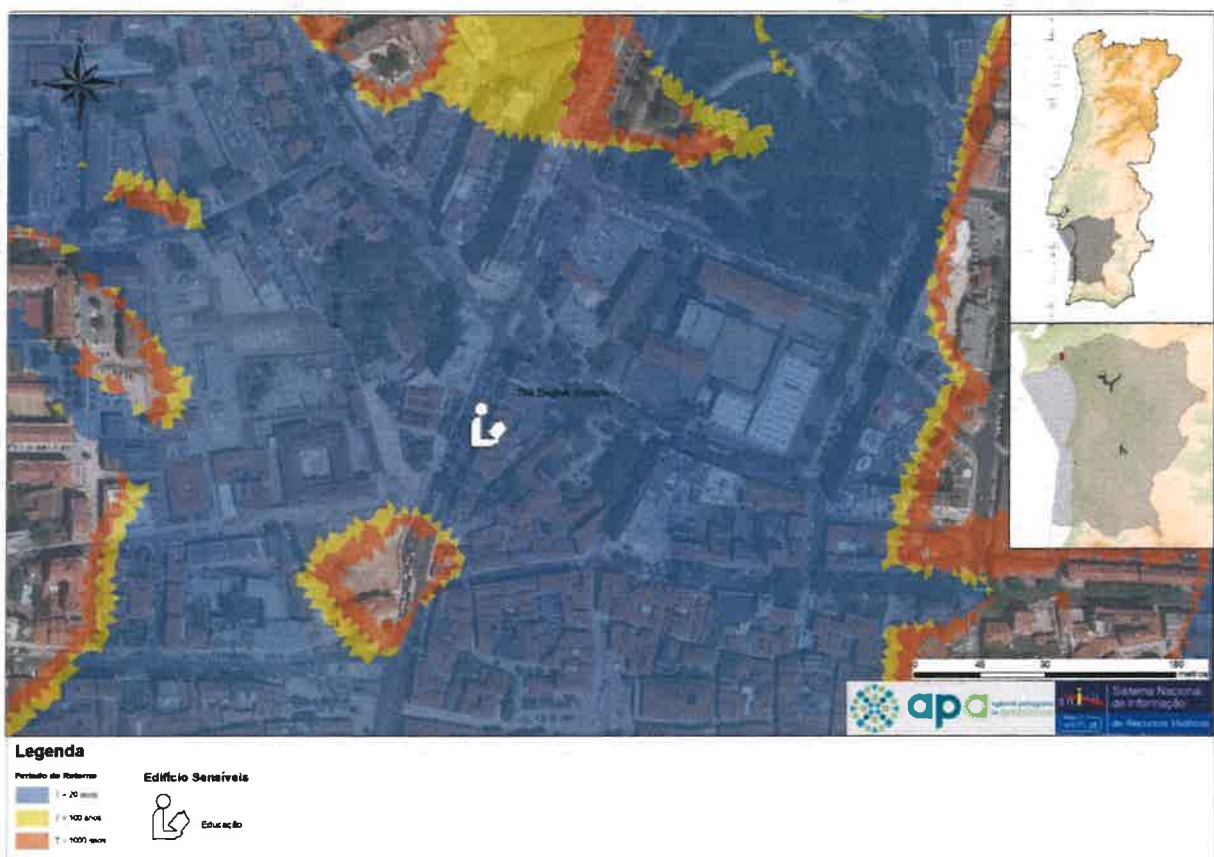
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO 2022



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Escola Secundária Sebastião da Gama

Código: PTRH6PREP16

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

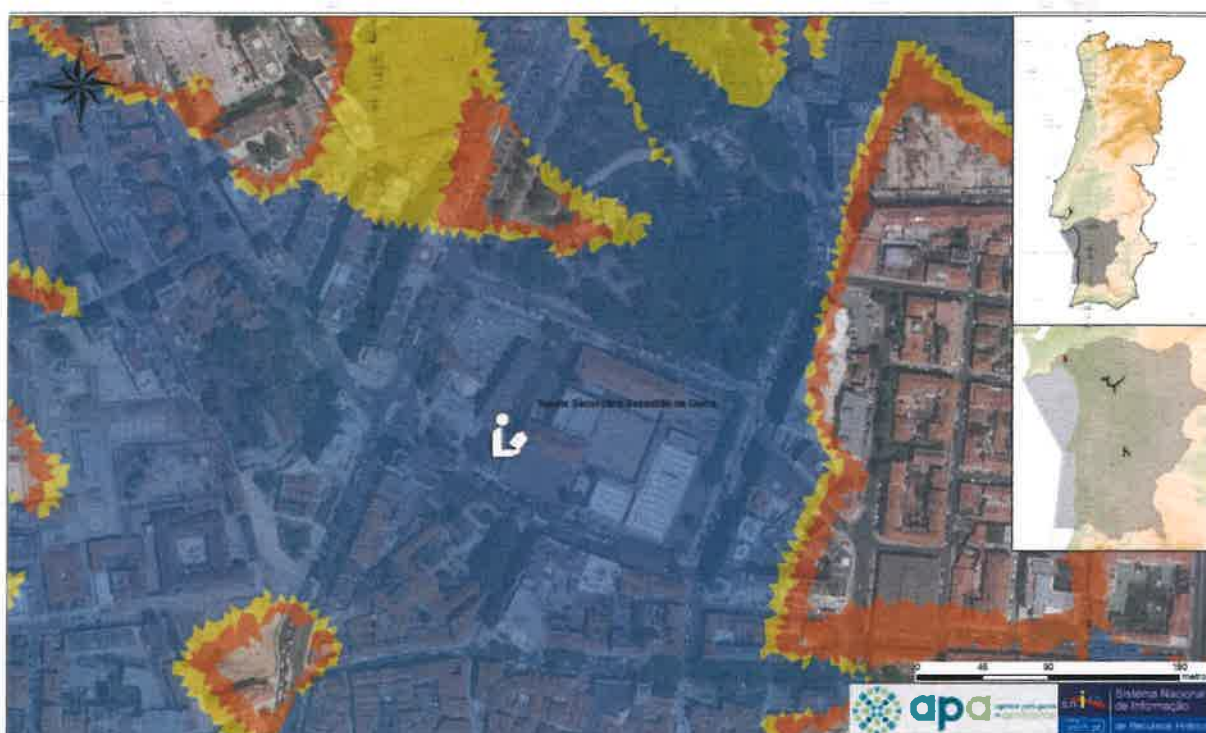
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

- | | |
|---------------------------|--|
| Período de Retorno | Edifício Sensível |
| T - 20 anos |  Educação |
| T - 100 anos | |
| T - 1000 anos | |

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Galp Bonfim (Avenida Doutor António Rodrigues Manito)

Código: PTRH6PREP07

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

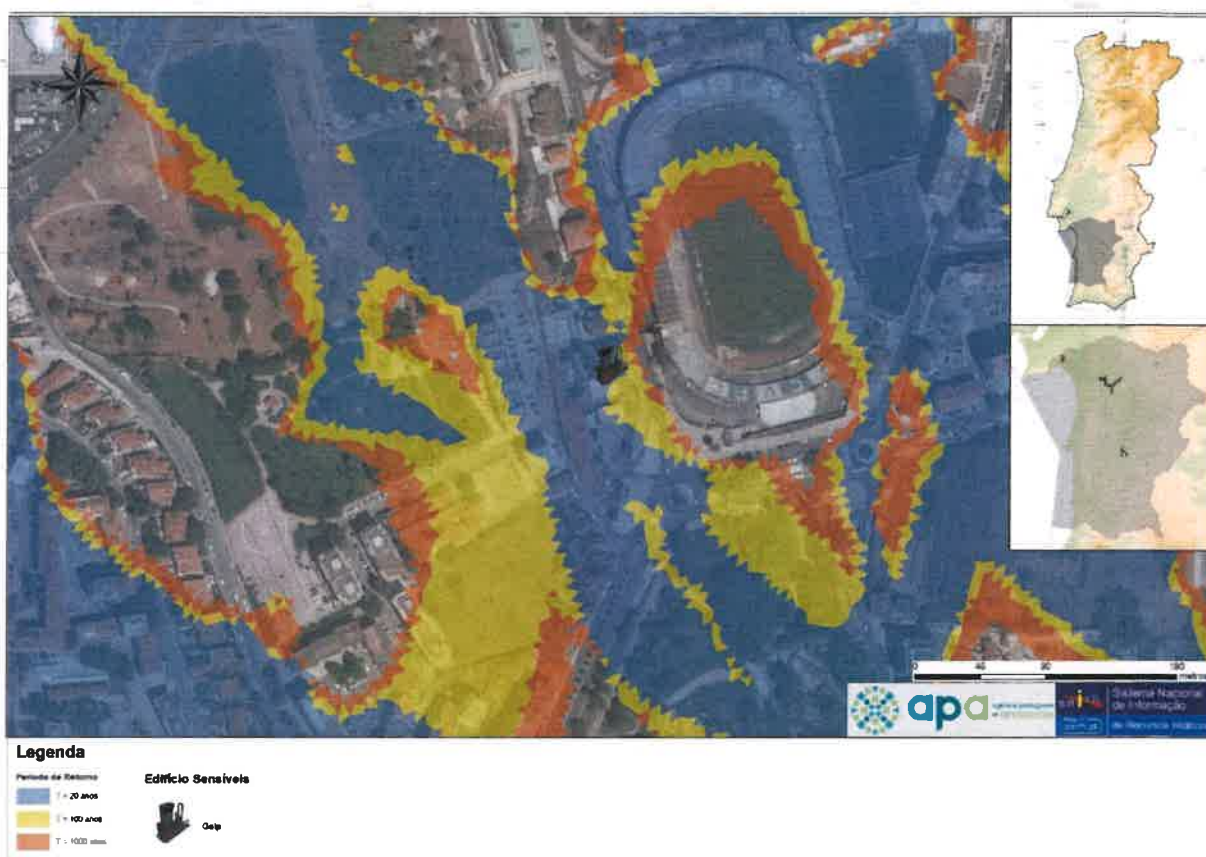
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização

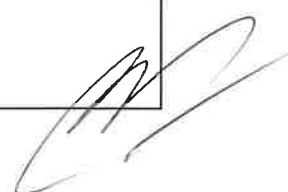


De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de União Freguesias de São Julião e Santa Maria Graça

Código: PTRH6PREP21

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

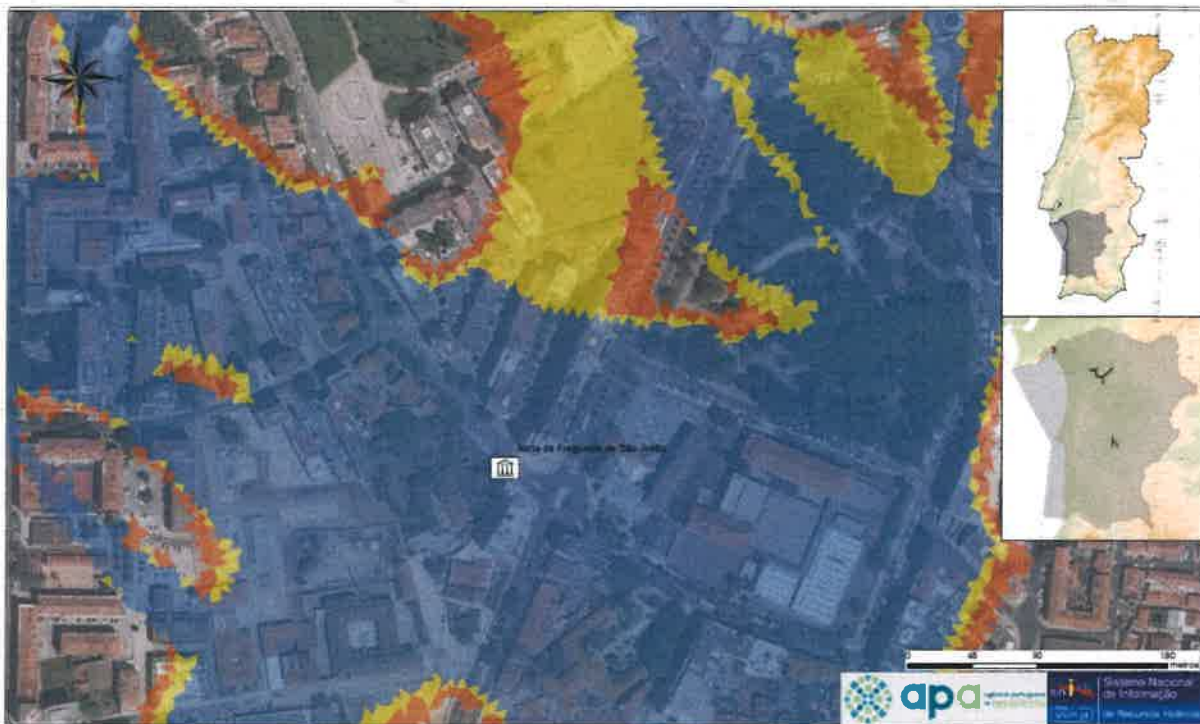
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

 Período de Retorno 7 - 20 anos	 Edifício Sensíveis Administração do Estado
 1 - 100 anos	
 1 - 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim Infância Aquário

Código: PTRH6PREP17

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim Infância Setúbal

Código: PTRH6PREP18

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

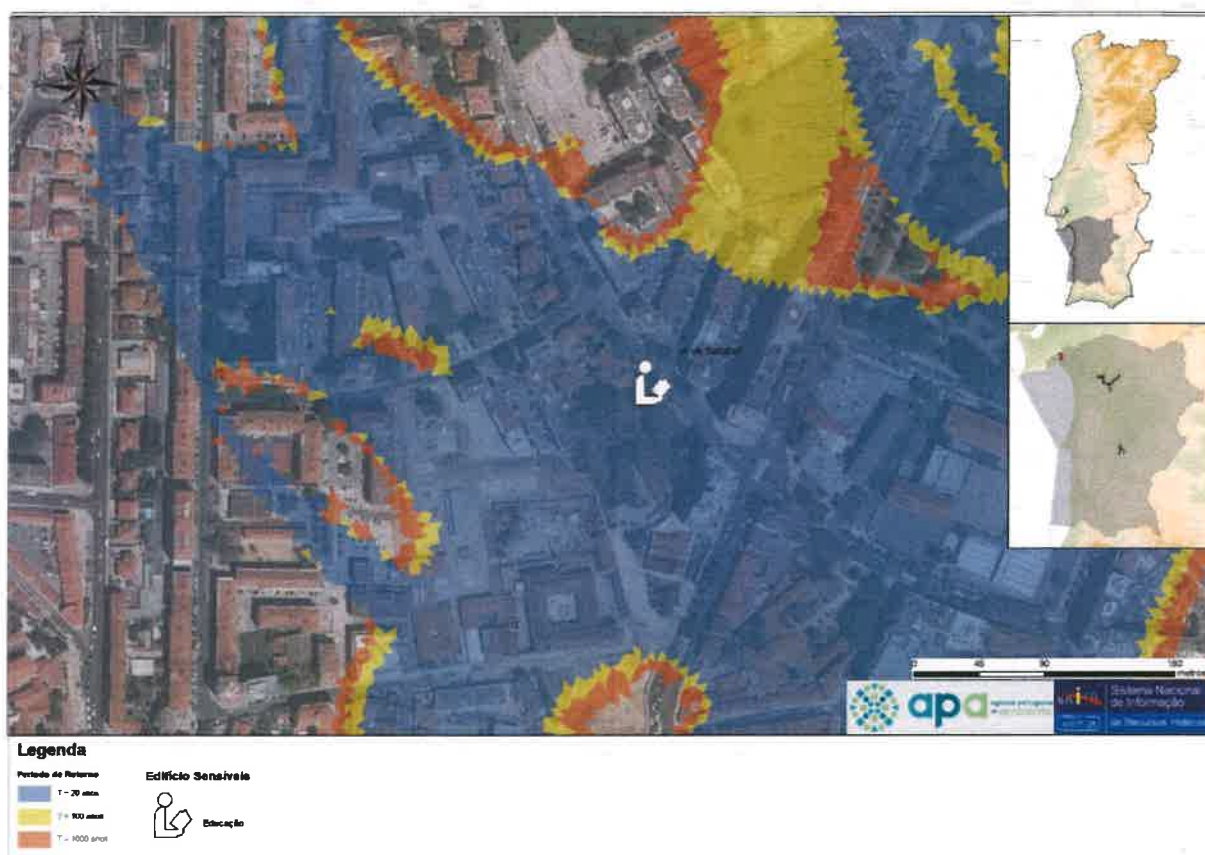
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da PSP - Comando Distrital / Divisão Policial / 1ª Esquadra de Setúbal.

Código: PTRH6PREP22

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

 Período de Retorno	 Edifício Sensível
 T = 25 anos	 Polícias
 T = 100 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Prio (Avenida Combatentes da Grande Guerra)

Código: PTRH6PREP06

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

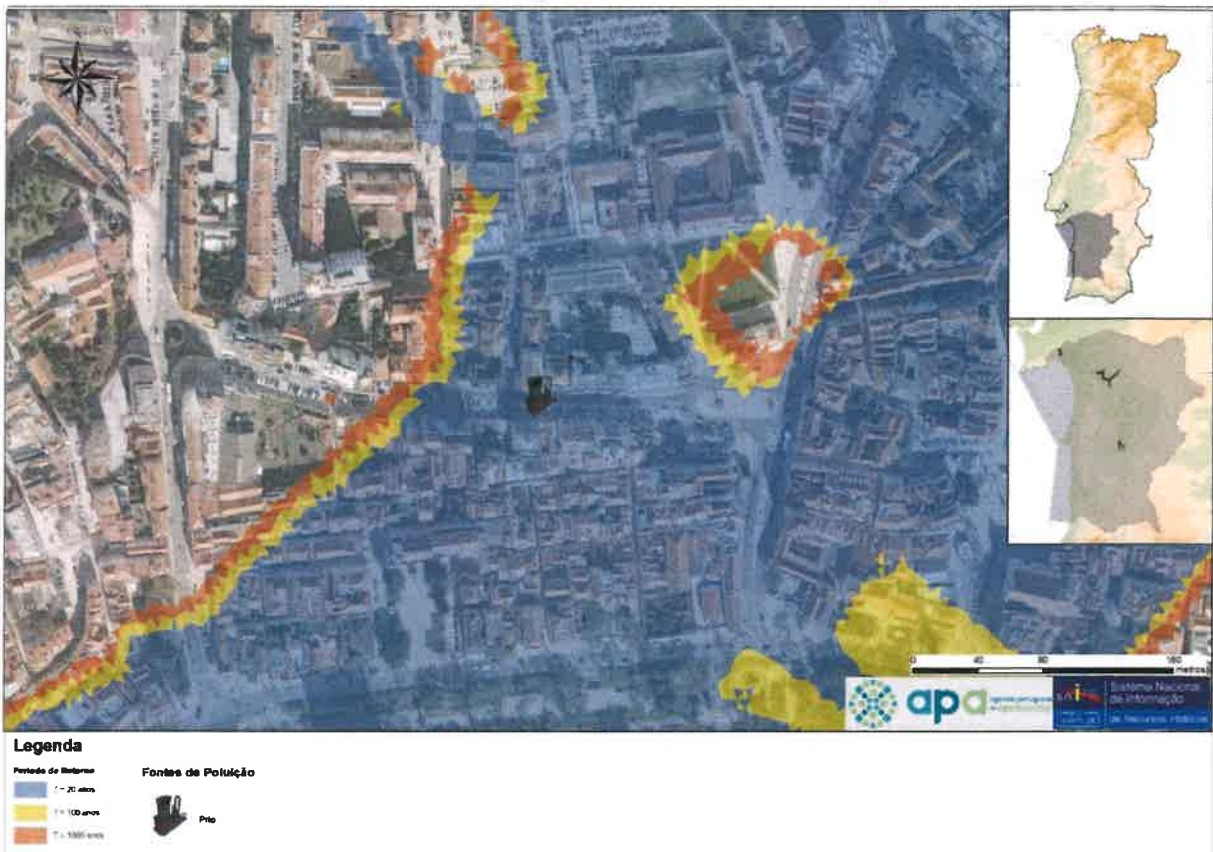
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se identifica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se identifica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Wall Street Institute

Código: PTRH6PREP24

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

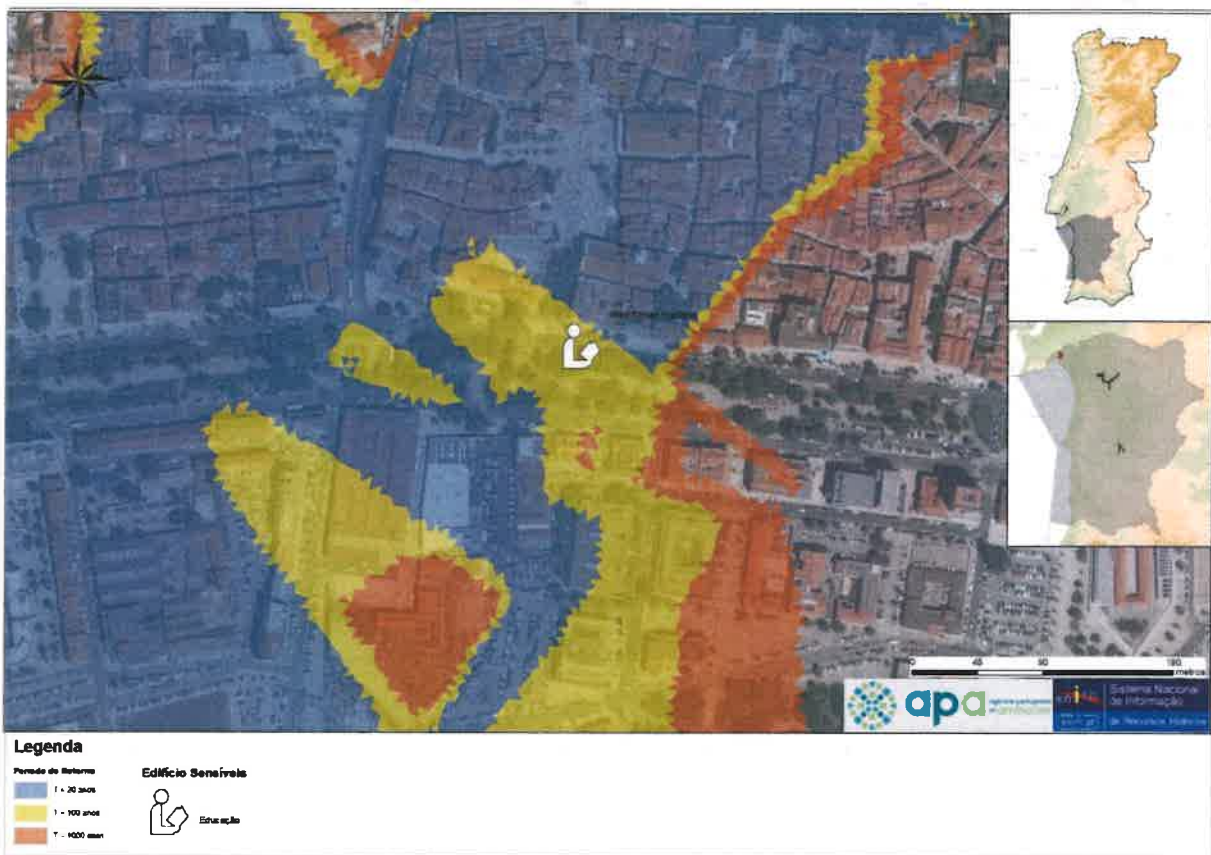
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)						

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJEÇÃO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal

Código: PTRH6PREP09

ARPSI: Setúbal → PTRH6Livramento01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	----------	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Código: PTRH6PREP03

ARPSI: Setúbal → PTRH6Sado01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos:

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais:

Ver tabela Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJEITO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo e Santiago

Código: PTRH6PREP20

ARPSI: Setúbal → PTRH6Sado01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

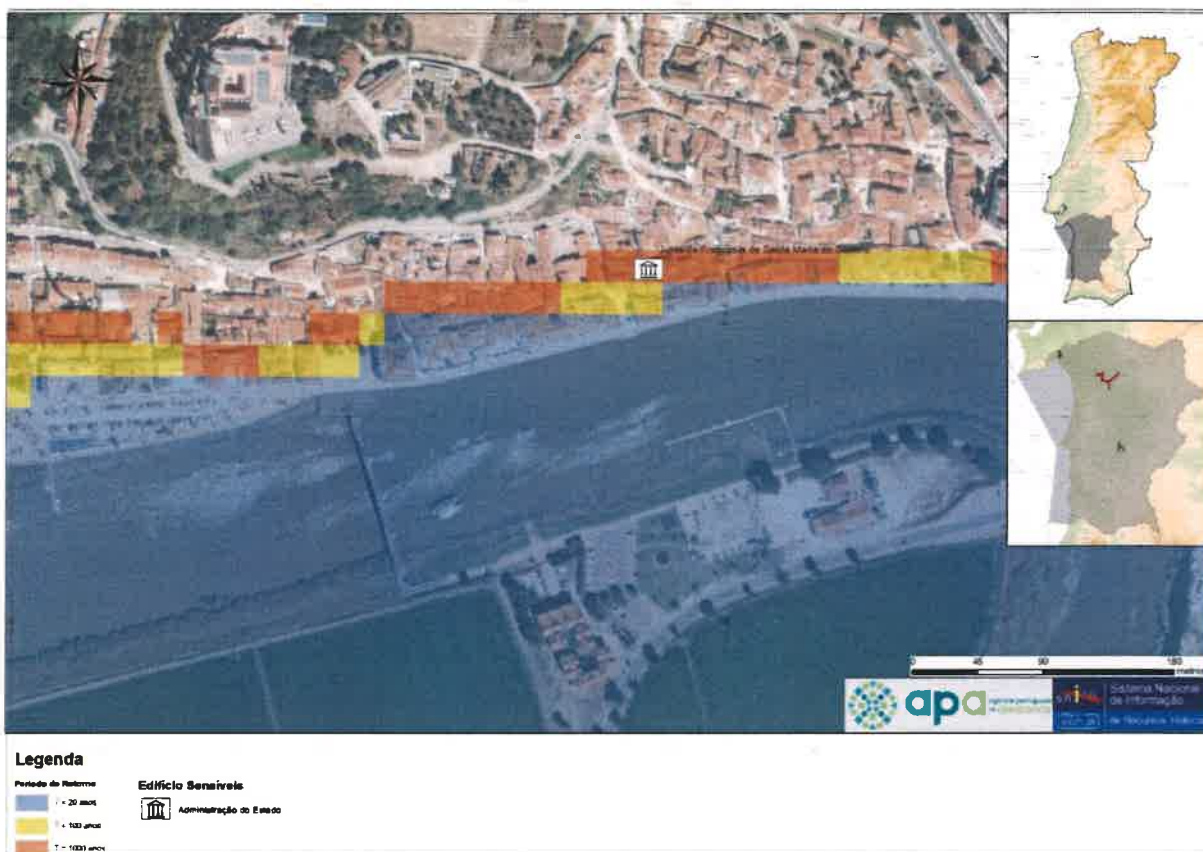
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização

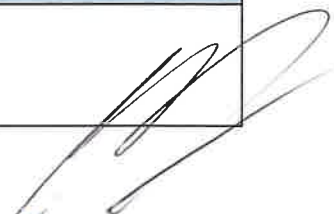


De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica





Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO



Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância nº1 de Alcácer do Sal

Código: PTRH6PREP19

ARPSI: Setúbal → PTRH6Sado01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

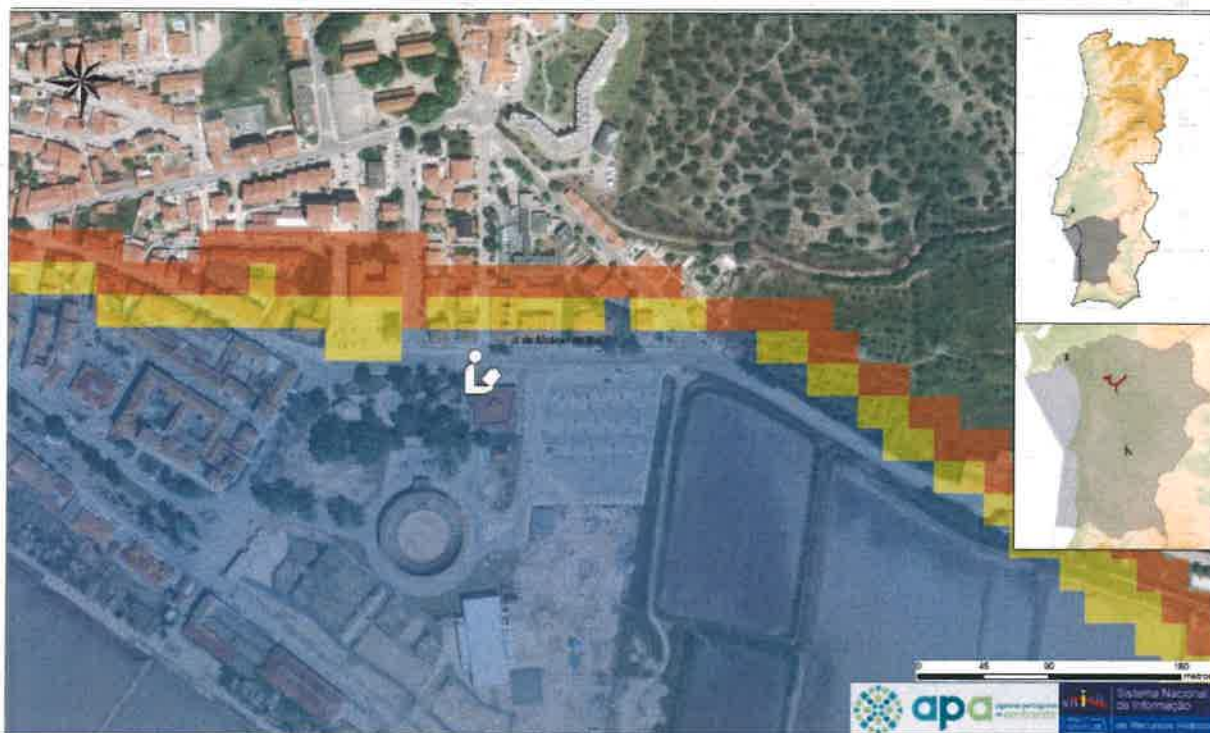
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda

Período de Retorno	Edifício Sensíveis
 T = 20 anos	 Edifício
 T = 100 anos	
 T = 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica



Plano de Gestão dos Riscos de Inundações
Região Hidrográfica do Sado e Mira – RH6
2.º Ciclo de Planeamento - 2022-2027
Ficha de Medida

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final



Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento

PROJETO